

PARA ALÉM DO EMPREENDEDORISMO E DA PRECARIZAÇÃO: APROPRIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS POR JORNALISTAS PARA A PRODUÇÃO DE UM JORNALISMO EMANCIPATÓRIO

*Además del emprendedorismo y de la precarización:
apropiación de las tecnologías por periodistas para la
producción de un periodismo emancipatorio*

*Beyond entrepreneurship and precarization: appropriation
of technologies by journalists towards a production of an
emancipatory journalism*

_Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho

SOBRE O AUTOR >

CARLOS PERES DE FIGUEIREDO SOBRINHO >

Pós-doutor em Ciências Sociais Aplicadas pela UFS, Brasil

E-mail: carlospfs@gmail.com

RESUMO > RESUMEN > ABSTRACT >

Os novos modelos de negócio jornalísticos trouxeram desemprego e precarização do trabalho. A resposta dada a esse panorama por muitos jornalistas e acadêmicos é a construção de um profissional com mentalidade empreendedora. Dentro desse novo paradigma, o jornalista deve ser capaz de dominar todas etapas da produção noticiosa e criar uma marca pessoal. Defendemos nesse artigo, que o jornalista seja encarado como um trabalhador responsável por construir mediações. Nossa solução para a precarização do trabalho do jornalista é a construção de um jornalismo emancipatório a partir do cooperativismo e da apropriação de novas tecnologias.

Palavras-chave: Apropriação social; empreendedorismo; precarização; emancipação.

Resumen: Los nuevos modelos de negocio periodísticos trajeron desempleo y precarización del trabajo periodístico. La respuesta dada a ese panorama por muchos periodistas y académicos es la construcción de un periodista con mentalidad emprendedora. En ese nuevo paradigma, el periodista debe ser capaz de dominar todas las etapas de la producción periodística y crear una marca personal. Defendemos en ese artículo que el periodista sea encarado como un trabajador responsable de construir mediaciones. Nuestra solución para la precarización del periodista es la construcción de un periodismo emancipatorio a partir del cooperativismo y de la apropiación de nuevas tecnologías.

Palabras clave: Apropiación social; emprendedorismo; precarización; emancipation.

Abstract: New journalistic business models have brought unemployment and the precariousness to journalistic workers. The response given to that scenario by many journalists and academics is the making of an entrepreneurial-minded journalist. Within that new paradigm, journalists must be able to master all stages of journalistic production and create a personal brand. We have argued in this article that journalists should be seen as a worker responsible for building mediations. Our solution to journalists precariousness is the construction of an emancipatory journalism based on cooperativism and new technologies' appropriation.

Keywords: Social appropriation; entrepreneurship; precariousness; emancipation.

INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva do capitalismo trouxe mudanças para o mundo do trabalho dos jornalistas e transformação nos modelos de negócios. A informatização das redações, a convergência digital e mudanças na estrutura de mercado ditadas pela entrada de novos capitais oriundos de empresas de redes sociais e buscadores como Facebook e Google tiveram impacto profundo na forma como o jornalismo é produzido e consumido. São impostas aos trabalhadores da notícia uma requalificação constante, com o objetivo de que estes possam lidar com diversas linguagens e funções, e uma precarização brutal do trabalho que tem sua maior expressão na proliferação dos jornalistas contratados como pessoas jurídicas (PJ), situação levada ao extremo no caso dos *freelancers*.

A crise sofrida pelo negócio jornalístico, devido a mudanças no mercado de publicidade e a novos hábitos de consumo midiático, levou as empresas do ramo a buscarem modos de diminuir a mão de obra ao mesmo tempo em que aumentam a jornada de trabalho do jornalista. Dessa forma aqueles que seguem nas redações, em sua maioria PJs, sofrem o aumento da extração do que Marx (2013, p.393) chama mais-valia relativa, uma vez que produzem o necessário para sua subsistência em menor tempo sem ter sua jornada de trabalho diminuída. Outra forma de aumentar a extração de mais-valia é a contratação de *freelancers*, trabalhadores precarizados que recebem de acordo com a demanda e entregam seus direitos autorais aos publishers por um baixo valor, como observa Cohen (2017, p.136).

As respostas ao cenário de baixa empregabilidade e precarização por parte de alguns jornalistas e acadêmicos vêm sendo procuradas na criação de uma mentalidade empreendedora entre os trabalhadores da notícia. O trabalhador da notícia, a partir desse novo paradigma, é empreendedor de si mesmo, tendo que concentrar em um só indivíduo características do jornalista e do profissional de *marketing*. Para isso deve ser capaz de apurar, escrever e editar em diferentes mídias; conhecer a audiência de cada veículo para o qual presta serviços e saber fazer *marketing* pessoal.

O jornalista deve ser encarado como o responsável pelo trabalho de fazer a mediação entre os sistemas econômico e administrativo (Bolaño, 2015). Para que essa mediação seja realizada no interesse da circulação do capital e da manutenção da hegemonia, é preciso que esse trabalho seja subsumido ao capital. Entretanto, como observa Bolaño (2002), a subsunção do trabalho intelectual encontra limites na dificuldade de objetivar o fator subjetivo desse tipo de atividade. Dessa forma, há dificuldades claras na automatização do trabalho jornalístico.

Propomos como saída para o impasse que o jornalista se aproprie das tecnologias da informação para produzir jornalismo de qualidade, não sob o ponto de vista do empreendedorismo, mas a partir da ideia de jornalismo emancipatório (Oliveira, 2017). Para isso, faremos uso de conceitos ligados à Escola da Regulação Francesa como regimes de acumulação e modos de regulação (Lipietz, 1988), à tradição marxista como Subsunção do Trabalho (Marx, 2013; Bolaño, 2002) e à Economia Política da Comunicação como as versões dos conceitos de mediação, reformulado por Bolaño (2015) e apropriação social, ressignificados por Bolaño, Paez e Herrera-Jaramillo (2017).

Para nosso argumento é importante limpar o terreno teórico acerca da relação entre jornalismo e regime de acumulação. Assim, proporemos os conceitos de jornalismo manufatureiro e jornalismo flexível em substituição ao par jornalismo fordista/pós-fordista. Em seguida, explicitaremos a ligação entre o regime de acumulação flexível e a ideologia do empreendedorismo no jornalismo para então propormos a possibilidade da organização dos jornalistas em cooperativas baseadas em plataformas tecnológicas a partir da apropriação desses profissionais das novas tecnologias, de preferência livres e de código aberto.

DO JORNALISMO MANUFATUREIRO AO JORNALISMO FLEXÍVEL

As mudanças sofridas pelos processos de trabalho jornalístico estão dentro de um panorama maior de reestruturação do sistema capitalista. A flexibilização dos direitos e processos de trabalho, as mudanças tecnológicas, transformações nos processos de gestão do trabalho, estão ligadas a mudanças no regime de acumulação do capitalismo. De acordo com Lipietz (1988, p. 30), “o regime de acumulação descreve a estabilização a longo prazo da destinação do produto entre o consumo e a acumulação, o que implica uma correspondência entre a transformação das condições de reprodução do trabalho assalariado”. Ainda lembrando Lipietz (Idem), é necessário que o regime de acumulação ganhe vida no cotidiano através de

“normas, costumes, leis, mecanismos reguladores, que assegure, através da rotina do comportamento dos agentes em luta uns contra os outros (...), a unidade do processo, o respeito aproximativo do esquema de reprodução.”

A conjunção de regras interiorizadas e comportamentos individuais que dão coerência ao regime de acumulação é o que Lipietz e outros teóricos da Escola Francesa da Regulação chamam de modo de regulação.

Os conceitos de regime de acumulação e modo regulação dão conta de um conjunto de mudanças sociais no século XX. De acordo com os autores da Escola da Regulação, a crise no capitalismo concorrencial, marcado por grande concorrência entre pequenas firmas, em fins do século XIX e começo do século XX, fez surgir o chamado capitalismo monopolista, em que grandes firmas dominam o mercado em uma situação cada vez mais parecida com o monopólio perfeito. A crise de 1929 fez necessária a entrada da regulação estatal para organizar a anarquia da produção a partir de políticas inspiradas nas ideias Keynesianas, diante da insuficiência do mercado para se autorregular.

No campo da produção, a indústria automobilística, a partir da adoção do processo de gestão fordista, produção em massa e altos salários para os trabalhadores; tornava-se modelo de sucesso para os demais setores industriais. Esse arranjo levou a um acordo classista entre trabalhadores e capitalistas mediado pelo Estado, que dentro desse arranjo também era responsável por fornecer uma série de serviços públicos de proteção social, criando o Estado de Bem-Estar Social. Esse modo de regulação, que por anos garantiu estabilidade ao sistema capitalista, foi nomeado Fordismo pelos autores da Escola da Regulação. Para nosso argumento é necessário apontarmos alguns problemas no uso do conceito de fordismo nos estudos do jornalismo que podem levar a alguns equívocos.

O Fordismo enquanto gestão do processo de trabalho é um desdobramento do Taylorismo. Antes do advento do Taylorismo a gerência em oficinas e manufaturas era realizada de forma rígida e despótica. Essa forma de controle do trabalho criada por Frederick Taylor, no começo do século XX, foi utilizada em setores em que a maquinaria não tinha sido ainda adotada ou, nos dizeres de Marx (2013), havia grande dependência de trabalho vivo. Setores como a siderurgia ou fabricação de carros dependiam de trabalhadores altamente qualificados que, devido ao seu grau de conhecimento do ofício, tinham condições de impor seu próprio ritmo de trabalho, e possuíam salários mais altos. Taylor, jovem oriundo de uma família de posses e conhecido por suas excentricidades, largou seus estudos universitários e fora trabalhar em uma siderurgia. Essa experiência permitiu a Taylor observar os trabalhadores e perceber que os proprietários das empresas sabiam muito pouco do trabalho realizado no chão da oficina.

Taylor começa, então, a observar seus colegas de trabalho, e a construir uma ciência da administração que tinha como base a usurpação do conhecimento do trabalhador pela empresa para seu posterior parcelamento e simplificação. Os objetivos eram:

1• Baratear o preço da força de trabalho, pois as tarefas realizadas por empregados qualificados seriam feitas por um número maior de trabalhadores de baixíssima qualificação, realizando movimentos repetitivos, e ganhando em seu conjunto menos que a soma dos salários das suas contrapartes qualificadas;

2• Aumentar a produtividade evitando o que Taylor chamava de marca-passo, já que todos os movimentos dos empregados e o tempo utilizado para concluí-los seriam estudados pela gerência. O Taylorismo ao simplificar e parcelar o trabalho consegue realizar aquilo que a maquinaria na indústria têxtil já havia logrado no século XIX: libertar o capital da habilidade dos trabalhadores. Pela via taylorista, busca-se objetivar o fator subjetivo, o trabalho vivo (Moraes Neto, 1989, p. 34).

O Fordismo pode ser tratado como um desenvolvimento em relação ao Taylorismo “no sentido de que se busca o auxílio dos elementos objetivos do processo (trabalho morto), no caso a esteira, para objetivar o elemento subjetivo (trabalho vivo)” (Moraes Neto, 1989, p. 35). Apenas o transporte dos componentes que juntos irão dar forma à mercadoria é realizado por trabalho morto através da esteira automatizada. O Fordismo foi a saída para a produção em massa do automóvel, um produto até então altamente dependente de trabalho vivo. O Fordismo parcelou o trabalho, tornando-o extremamente repetitivo, à moda taylorista e posicionou o trabalhador em um ponto fixo para economizar tempo e aumentar a produtividade. O funcionário da indústria automobilística antes altamente qualificado passa a realizar movimentos repetitivos, e é aliado de qualquer decisão acerca do seu trabalho.

Alguns pesquisadores, como Fonseca (2008), consideram que houve durante a vigência do regime de regulação fordista, um jornalismo fordista, e após o fim do Fordismo/Keynesianismo regime, um jornalismo pós-fordista, como defendem também Compton e Benedetti (2010). Esse equívoco é resultante do significado dado ao conceito de Fordismo da Escola de Regulação. Dessa forma, Fordismo passa a ser um conceito que dá conta da sociedade em sua totalidade, e não apenas um processo de trabalho e gestão. Por isso, muitos autores acabam transformando-o no processo de trabalho vigente em todo o capitalismo durante um determinado período do século XX. Consideramos mais produtivo nomear Fordismo/Keynesianismo o modo de regulação vigente até a década de 1970, enquanto reservamos a palavra Fordismo ao processo de gestão criado por Henry Ford para produzir automóveis em massa. Para entendermos como o processo de trabalho do jornalismo interfere na produção das notícias, o conceito de Fordismo torna-se um obstáculo.

Fonseca (2008), por exemplo, considera que há uma linha de produção imaginária composta por pauteiros, repórteres, fotógrafos, copidesque, editores, diagramadores etc. Entretanto, a maioria desses profissionais são altamente qualificados e possuem liberdade para tomar decisões durante o processo. O repórter escolhe quais fontes entrevistar, quais perguntas fazer e qual enquadramento adotar, ainda que o pauteiro faça indicações prévias. O fotógrafo escolhe os ângulos das fotos, como, quem e que situação fotografar. Situação muito diversa da encarada pelo trabalhador fordista. Há apenas divisão de trabalho, que já existia antes do Fordismo, e não uma linha de produção imaginária em que cada trabalhador é responsável por um trabalho extremamente repetitivo e parcelado, excluído quase que totalmente das decisões sobre o produto final. A natureza do jornalismo impõe limites à subsunção real do trabalho, sua incorporação ao capital constante através da substituição do trabalho vivo por morto; e ao controle por métodos de seu parcelamento extremo e controle do tempo como Taylorismo e Fordismo.

O processo de produção do jornalismo se assemelha ao que Marx (2013, p.416) chama de manufatura heterogênea. Marx exemplifica esse tipo de manufatura a partir da fabricação de relógios em que cada trabalhador é extremamente qualificado em fazer uma parte do trabalho. No jornal, temos fotógrafos, diagramadores e repórteres de política, esportes, economia; cada um dotado de extrema qualificação para lidar com sua parte do produto final. É um tipo de divisão de trabalho que existe desde os primórdios do capitalismo, e que não fora criada por Ford ou Taylor. Por ser qualificado e de característica intelectual, torna-se mais difícil controlar o trabalho jornalístico. A linha editorial (Breed, 1993), o profissionalismo (Soloski, 1993) e Manuais de Redação foram algumas das formas encontradas para controlar o trabalho desse profissional. Por isso, consideramos adequado chamar o jornalismo feito até a informatização das redações de jornalismo manufatureiro. A partir da entrada de computadores e softwares de edição de texto, tratamento de fotos e diagramação na redação, o jornalismo passa a entrar, em nossa teorização, na era da acumulação flexível.

A partir da década de 1970, o arranjo fordista-keynesiano passa a entrar em crise por uma série de razões. Questionamento de minorias como mulheres e negros, crise do petróleo, estagflação fazendo com que todo o sistema de acordo de classes vigente até então seja revisto. No mundo do trabalho, vários direitos trabalhistas passam a ser retirados, as empresas se reorganizam. As grandes empresas que usavam processos fordistas de produção e gestão começam a adaptar o toyotismo/ohnoísmo para sua realidade. Esse momento do capitalismo passa a ser chamado de Pós-Fordismo por aqueles que seguem os preceitos teóricos da Escola da Regulação. Contudo, é David Harvey (2012) quem vai cunhar o termo que melhor define o capitalismo após a derrocada do Fordismo/Keynesianismo: regime de acumulação flexível.

A flexibilidade é a marca desse novo momento do capitalismo, além de caracterizar um regime de acumulação e um modo de regulação coerentes sem o risco de gerar as confusões conceituais do par Fordismo/Pós-Fordismo. A flexibilidade no ambiente de trabalho diz respeito à jornada, funções exercidas pelo trabalhador, espaço onde se produz etc. fazendo muitas vezes com que o trabalho invada a esfera privada e subtraia horas do tempo livre das pessoas. Flexibilidade é um termo polissêmico. Rosso (2017, p. 21) chama atenção para o fato de que “a flexibilidade de horas foi inventada pelos trabalhadores”. “Trabalhadores livres, como aqueles entre tribos indígenas, camponeses, pequenos produtores rurais e urbanos, sempre decidiram em que momentos trabalhar”. A jornada de trabalho rígida, longa e repetitiva, foi uma forma de organizar o trabalho de modo a fazer com que o trabalhador produzisse muitas mercadorias e deixasse parcelas maiores de excedente.

A rigidez da jornada de trabalho segue durante o Fordismo/Keynesianismo e é a base para determinadas reivindicações trabalhistas como horas extras e intervalos de descanso. No contexto do modo de regulação vigente na acumulação flexível, o termo ganha novos significados. A flexibilidade de horário surge como um modo de extensão do trabalho como forma de evitar pagamento de horas extras e do empregador organizar as horas de trabalho de acordo com sua conveniência. Com o afrouxamento das legislações trabalhistas, fruto do colapso do Fordismo/Keynesianismo, surge a flexibilidade numérica, facilidade para

as empresas aumentarem e diminuïrem o número de trabalhadores. Em razão da flexibilidade numérica, surge a funcional, a capacidade do trabalhador de ocupar outras funções dentro da empresa. (Rosso, 2017).

O jornalismo começa a entrar na era flexível com a informatização das redações. O uso de terminais de computadores interligados e softwares de edição de texto, tratamento de fotos, diagramação, etc., simplificam estes trabalhos permitindo que menos profissionais sejam responsáveis pelo produto final. O que há nesse caso é uma simplificação do trabalho pelo software, tirando dessas tarefas seu caráter artesanal, mas sem expelir seu caráter subjetivo uma vez que o trabalhador ainda é responsável por decisões em relação às tarefas. O segundo passo para a flexibilização é o advento da internet a partir de meados da década de 1990, que vai levar à convergência de linguagens a partir de meados da primeira década do século XXI.

A internet também traz novos competidores e modelos de negócios que acabam por causar uma crise profunda na indústria de jornais e impressos. A cada ano que passa, os jornais perdem leitores, e apesar de ganharem audiência na internet, esse novo ambiente apresenta uma concorrência mais pulverizada fazendo o preço da publicidade cair drasticamente, afetando os ganhos das empresas. Nesse caso, a flexibilidade é adotada vorazmente no ambiente de trabalho jornalístico. Os jornalistas acabam por pagar pelas dificuldades da indústria com acúmulo de tarefas e trabalho precário. A flexibilidade nas relações trabalhistas da forma implantada após o fim do Fordismo/Keynesianismo permitiu a ampliação da precarização das relações de trabalho entre jornalistas e empresas. Uma das respostas, de acordo com Cohen (2017, p.132), à crescente precarização do trabalho jornalístico, falta de empregos, achatamento salarial, e “declínio na fé na ocupação e no controle dos jornalistas” é a entrada da figura do jornalismo empreendedor nos discursos profissional e acadêmico sobre o jornalismo.

CRISE DO JORNALISMO, FLEXIBILIDADE E EMPREENDEDORISMO

A crise do modelo de negócios do jornalismo, que já via a confiança do público no trabalho da imprensa e o número de leitores despencar desde a década de 1960 (Meyer, 2007), ganhou força principalmente a partir da primeira década do século XXI. A tendência das novas gerações de mudarem seus hábitos de consumo de mídia acontece paralelamente à dispersão do investimento em publicidade e à entrada de empresas de tecnologia como Google e Facebook nesse mercado. O Google, através de seus aplicativos *AdWords* e o *AdSense* baseados no monitoramento do uso de dados de seus usuários, tornou-se a maior empresa de anúncios online, segundo Powers e Jablonski (2015). O *Adwords* permite aos anunciantes atingir com maior precisão seu público-alvo, tornando seus anúncios extremamente relevantes; já o *AdSense* possibilita que pequenos sites monetizem seu conteúdo através do recebimento de publicidade, o que aumenta a concorrência e fragmenta o mercado de publicidade. Em 2013, a Google obteve 33% do mercado total de

Para além do Empreendedorismo e da Precarização: Apropriação das Tecnologias por Jornalistas para a Produção de um Jornalismo Emancipatório

anúncios online e 56% dos anúncios em dispositivos móveis. A empresa de buscas na internet publica mais anúncios do que qualquer outra firma do mundo – 31,91% de todos os anúncios. Em 2012, a Google obteve mais rendimentos em anúncios do que toda mídia impressa dos EUA. (Powers e Jablonski, 2015, p. 95).

A saída das empresas de jornalismo para essa crescente queda de receitas tem sido aumentar a produtividade dos trabalhadores da notícia extraindo um excedente maior do seu trabalho. O aumento da produtividade da mão de obra e a flexibilização do trabalho não é uma exclusividade do trabalho jornalístico. A ideia de empreendedorismo torna-se uma das respostas a essa nova realidade. Oliveira e Grohmann (2015) analisaram a presença desse discurso em novos livros, manuais e no Observatório da Imprensa, site que congrega discussões sobre a cobertura jornalística e futuro do jornalismo. Os pesquisadores encontraram uma gama de referências positivas acerca dessa tendência. O pesquisador francês Renauld Carbasse (2015), analisando a literatura anglo-saxã, também encontrou referências bibliográficas, ofertas de cursos e mudança nos currículos de cursos de jornalismo nos países anglo-saxões defendendo esta perspectiva. Ambos os textos fazem referências à influência do que Boltanski e Chiapello (2009) chamam de o Novo Espírito do Capitalismo, conceito muito próximo ao de Modo de Regulação.

Esse Novo Espírito, segundo os autores, seria a ideologia que leva o indivíduo a se engajar no capitalismo surgido após a reestruturação do sistema na década de 1970, que levou ao fim do regime de acumulação fordista, e à diminuição do Estado de Bem-estar Social na Europa. A partir daí, surgem conceitos como empregabilidade, empreendedorismo, cuja ideologia de fundo passa a encarar o empregado como um indivíduo responsável pela sua carreira e aperfeiçoamento, e não mais como parte de uma grande estrutura burocratizada, centralizada. Os saberes e conhecimentos individuais, as chamadas competências, são cada vez mais valorizadas, principalmente se significam ganho de produtividade.

Em um momento em que o capitalismo era questionado como regime apoiado em estruturas verticais, como a fábrica fordista e o Estado-providência, era preciso garantir o engajamento dos indivíduos no sistema, pois, segundo Boltanski e Chiapello (2009,p.39), “o capitalismo precisa ter condições de dar a essas pessoas a garantia de uma segurança mínima em verdadeiros santuários onde é possível viver, formar família, criar filhos etc.” A ideia de que apenas a ação individual seria capaz de garantir emancipação era consonante com a liberdade individual pregada pelos movimentos libertários de década de 1960. De certa forma, o sistema capitalista, através de um novo modo de regulação, ressignificou anseios antissistêmicos como liberdade e horizontalidade a seu favor.

As ideias desse novo espírito encontram eco na defesa do jornalismo empreendedor. Nesse discurso, o jornalista é um indivíduo heróico cuja missão seria “renovar a relevância do jornalismo e revigorar modelos de negócios estagnados” (Cohen, 2017, p.130). Há duas versões que povoam o imaginário do jornalismo empreendedor: o especialista em startups, detentor de capital de risco, e o jornalista *freelancer* que na verdade é um trabalhador precarizado. O ideal do jornalismo empreendedor defende que nunca houve um período tão propício para a prática jornalística devido à disponibilidade de ferramentas digitais, que livrariam a produção midiática das grandes empresas. Na verdade, apesar da crise, os grandes conglomerados ainda

detêm os meios e a *expertise* para fazer jornalismo na era digital. Entretanto, como ensina Marx (2011), o capitalismo é a contradição em processo e nada impede que os jornalistas se apropriem das novas tecnologias para produzirem um trabalho emancipado e emancipatório.

APROPRIAÇÃO SOCIAL DAS TECNOLOGIAS E EMANCIPAÇÃO

A ideia de jornalismo empreendedor pode ser encarada como uma forma de jogar sobre os ombros dos jornalistas a crise pela qual o negócio do jornalismo atravessa, uma vez que a precarização do trabalho jornalístico favorece as grandes empresas, e a salvação do próprio jornalismo enquanto instituição. A tarefa de salvar o jornalismo é coletiva, e deve ser construída por aqueles que diariamente se ocupam de fornecer aos cidadãos a informação necessária para o debate público. Dessa forma, é preciso que os jornalistas se apropriem das tecnologias da informação, que nada mais são do que a digitalização do conhecimento de trabalhadores da notícia sejam fotógrafos, diagramadores ou copidesques. Um processo que o capitalismo empreende desde o século XIX e progride geometricamente com a terceira revolução industrial: a substituição de trabalho vivo por morto.

O conceito de apropriação surge com Hegel e é adotado por Marx com novo significado (Neüman, 2008). A apropriação na tradição marxista, de acordo com Neüman, teria o significado econômico de apropriação do excedente do trabalho do proletariado pela classe burguesa. Discordamos dessa leitura, pois Marx (2013) mostra no livro I de “O Capital” como a burguesia se apropria do conhecimento do trabalhador para dar origem, através da aplicação da ciência, à maquinaria. Neüman (2008, p. 71) dialoga com os Estudos Culturais latino-americanos para construir seu conceito de apropriação social como “um processo por meio do qual grupos sociais marginais do sistema econômico capitalista interagem com a proposta cultural, econômica, organizacional e de consumo desse sistema”, ressignificando usos e propósitos em um movimento duplo de resistência e significação.

Bolaño, Paez e Herrera-Jaramillo (2017) em busca de um diálogo entre a Economia Política e os Estudos Culturais Latino-Americanos vão repensar o conceito de apropriação cultural a partir da tradição marxista. Para esse movimento, o conceito de mediação, tal como pensando por Bolaño (2015), é essencial. O trabalhador das indústrias culturais tem como tarefa realizar a mediação entre os sistemas administrativo e econômico e os cidadãos e consumidores, respectivamente. Para isso, esse trabalhador se apropria de saberes presentes na cultura popular. No caso, ao se apropriar de bens simbólicos e da tecnologia, oferecidas como bens de consumo pelo capitalismo. com fins de resistência, os setores populares estariam se reapropriando do trabalho coletivo e da cultura popular expropriados pelo capital. O mesmo é possível dizer das TIC, como a internet e softwares, quando apropriadas por setores contra-hegemônicos.

A internet, ainda que grandes desigualdades permaneçam nesse ambiente, e softwares derrubaram muitas barreiras de entrada que dificultavam a entrada de novos competidores no mercado de mídia como

regulações e custos operacionais ligados a equipamentos e impressão. Uma forma de reapropriação social do trabalho coletivo é o que Scholz (2016, p. 60) chama de Cooperativismo de Plataforma que pode “trazer criatividade não apenas ao consumo dos produtos, mas também à reorganização do trabalho”. O conceito baseia-se em:

- 1• Uma clonagem de aplicativos da chamada “economia compartilhada” como Uber e Airbnb;
- 2• Solidariedade, dessa forma os aplicativos podem pertencer a sindicatos, cidades, movimentos sociais e cooperativas tradicionais;
- 3• Uma ressignificação dos conceitos tradicionais de inovação e ciência. “Uma plataforma, no contexto deste estudo, é o termo usado para descrever o ambiente no qual intermediários extrativistas ou cooperativas oferecem seus serviços ou conteúdos” (Scholz, 2016, p. 61).

Apesar das cooperativas de plataforma, como o próprio Scholz reconhece, não serem a saída para o fim da forma-mercadoria, podem ser um método eficaz de resistência e serem usadas como base para a reinvenção do jornalismo. Dessa forma, poderiam ser formados coletivos de mídia transnacionais formando uma rede capaz de atuar como agência de notícias contra-hegemônicas sem exploração do trabalho e oferecendo remuneração de acordo com o trabalho dos participantes da cooperativa. Dessa forma, o jornalismo organizado a partir de uma plataforma contra-hegemônica deveria seguir um modelo que não seja propagandístico, mas que se posicione.

O objetivo é utilizar o potencial da tecnologia em favor de um jornalismo de qualidade a partir de uma práxis jornalística alternativa, como defende Oliveira (2017). A proposta de Oliveira é tributária das teorias de Genro (2017), que vê na imediaticidade da notícia jornalística um potencial emancipatório. Além disso, Oliveira propõe um jornalismo engajado, mas que não seja mero propagandeador de palavras de ordem. “A prática do jornalismo emancipatório tem posição explícita”. Ainda que diversas vozes, mesmo as divergentes das posições editoriais do meio, sejam registradas; essas mesmas vozes surgem como elementos de explicação ou justificação para dialogar com a posição inicial tomada. (OLIVEIRA, 2017, p. 199)

CONCLUSÃO

A partir da crise que põe fim ao regime de acumulação fordista na década de 1970, o sistema capitalista foi extremamente financeirizado, tornando-se ainda mais vulnerável e instável. A cada nova crise, os trabalhadores são obrigados a pagar a conta seja através da retirada de direitos ou da precarização do trabalho. O ataque ao trabalho jornalístico significa, ao mesmo tempo, expropriação dos trabalhadores da notícia e o empobrecimento da esfera pública. Cohen (2017) chama atenção para o fato de que jornalistas *freelancers* buscam oferecer pautas que sejam garantia de grandes audiências, enfraquecendo algumas vantagens que o profissionalismo jornalístico oferecia como utilizar aspectos deontológicos do jornalismo para negociar uma pauta.

A saída para esse impasse é coletiva. Dessa forma, é sempre necessário repetir Marx (2011) quando este afirma que o capitalismo é a contradição em processo. O trabalho intelectual, incluindo aí o jornalístico, pela dificuldade em ser completamente subsumido, é extremamente contraditório, pois pode ser usado para fins contra-hegemônicos ainda que seu produto siga os ditames da forma-mercadoria. Por isso, tratá-lo como um trabalho extremamente reificado como o realizado na fábrica de moldes fordistas é um erro crasso. Nos Grundrisse, Marx (2011), nos Grundrisse, já falava de apropriação dos meios de produção pela classe trabalhadora para usufruir de tempo livre e libertar sua capacidade criadora. Seguindo essa deixa, podemos nos reapropriar do trabalho coletivo para produzir um jornalismo emancipatório. Cabe àqueles que formulam pensamento crítico, na academia ou fora dela, pensar em soluções que possam confrontar as fórmulas mercadológicas oferecidas como saídas mágicas para nossos problemas. E esse também é um trabalho coletivo.

REFERÊNCIAS >>

BOLAÑO, César. Campo Aberto. **Para a Crítica da Epistemologia da Comunicação**. Aracaju: Edise, 2015

_____. Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo. A Reconfiguração do Fator Subjetivo na Atual Reestruturação Produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-78, dezembro 2002. p. 53-78

BOLAÑO, César; PÁEZ, Ángel; HERRERA-JARAMILLO, Mauricio. Mediación, subsunción y apropiación social. Contribución al diálogo entre estudios culturales, economía política y comunicación. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, 2017.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BREED, Warren. Controlo Social na Redacção. Uma Análise Funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"**. 1. ed. Lisboa: Veja, 1993. p. 152 – 166.

CARBASSE, Renaud. Tino para os negócios e bom jornalismo? A figura do jornalista empreendedor nos debates sobre o futuro da profissão. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 1, p. 262-283, 2015.

COHEN, Nicole S. Jornalismo Empreendedor e o estado precário do trabalho midiático. Parágrafo: **Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM**, v. 5, n. 1, p. 129-145, 2017.

COMPTON, James R.; BENEDETTI, Paul. Labour, new media and the institutional restructuring of journalism. **Journalism Studies**, v. 11, n. 4, p. 487-499, 2010.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Indústria de Notícias**. Capitalismo e Novas Tecnologias no Jornalismo Contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Para além do Empreendedorismo e da Precarização: Apropriação das Tecnologias por Jornalistas para a Produção de um Jornalismo Emancipatório

- GENRO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Para uma Teoria Marxista do Jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2012.
- LIPIETZ, Alain. Miragens e Milagres. **Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.
- MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro 1. O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. **Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858**. Esboços da Crítica da Economia Política. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Ed. UFRJ, 2011.
- MEYER, Philip. **Os Jornais Podem Desaparecer? Como Salvar o Jornalismo na Era da Informação**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. **Marx, Taylor, Ford: As Forças Produtivas em Discussão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- NEÜMAN, María Isabel. Construcción de la Categoría "Apropiación Social". **Quórum Académico**, v. 5, n. 2, p. 3, 2008.
- OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e Emancipação: Uma Prática Jornalística Baseada em Paulo Freire**. Curitiba: Appris, 2017.
- OLIVEIRA, Michelle Roxo de; GROHMANN, Rafael. O Jornalista Empreendedor: uma Reflexão Inicial sobre Jornalismo, Flexibilização do Trabalho e os Sentidos do Empreendedorismo no Campo Profissional. **LÍBERO**. n. 35, p. 123-132, 2015.
- POWERS, Shawn M.; JABLONSKI, Michael. **The Real Cyber War: The Political Economy of Internet Freedom**. Chicago: University of Illinois Press, 2015.
- ROSSO, Sadi Dal. O Ardil da Flexibilidade. **Os Trabalhadores e a Teoria do Valor**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SCHOLZ, Trebor. Cooperativismo de Plataforma. **Contestando a Economia de Compartilhamento Corporativa**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Editora Elefante. 2016.
- SOLOSKI, Jonh. O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos no Trabalho Jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"**. 1. ed. Lisboa: Veja, 1993. p.91-100.

Data de submissão: 23/03/2018

Data de aceite: 09/05/2018